

Fundação Grupo
Boticário de
Proteção à
Natureza

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2017 e 2016**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



KPMG Auditores Independentes
Al. Dr. Carlos de Carvalho, 417 - 16º andar
80410-180 - Curitiba/PR - Brasil
Caixa Postal 13533 - CEP 80420-990 - Curitiba/PR - Brasil
Telefone +55 (41) 3544-4747, Fax +55 (41) 3544-4750
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Diretores da
Fundação Grupo Boticário de Proteção à Natureza
Curitiba - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Fundação Grupo Boticário de Proteção à Natureza ("Fundação"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação Grupo Boticário de Proteção à Natureza em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as pequenas e médias empresas.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Fundação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis para as pequenas e médias empresas e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Fundação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Fundação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Fundação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Fundação.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Fundação. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Fundação a não mais se manter em continuidade operacional.



- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 02 de março de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-PR



Edson Rodrigues da Costa
Contador CRC PR-054199/O-0

Fundação Grupo Boticário de Proteção à Natureza

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	2017	2016		2017	2016
Ativo			Passivo e Patrimônio Líquido		
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	3.608	3.233	Fornecedores nacionais	275	422
Aplicações financeiras (Nota 5)	21.296	19.611	Obrigações trabalhistas (Nota 8)	959	844
Outros créditos	<u>172</u>	<u>73</u>	Obrigações tributárias	24	19
	25.076	22.917	Adiantamentos de convênios restritos (Nota 9)	447	747
			Outras contas a pagar	<u>8</u>	<u>1</u>
				1.713	2.033
Não circulante			Não circulante		
Depósitos Judiciais (Nota 11)	37	36	Receitas diferidas (Nota 10)	<u>753</u>	<u>455</u>
Imobilizado (Nota 6)	7.627	7.518		753	455
Intangível (Nota 7)	<u>132</u>	<u>220</u>	Total do passivo	2.466	2.488
	<u>7.796</u>	<u>7.774</u>	Patrimônio líquido		
			Patrimônio social (Nota 12(a))	8.590	10.661
			Fundo patrimonial (Nota 12(b))	21.297	19.613
			Superávit (déficit) acumulado	<u>519</u>	<u>(2.071)</u>
			Total do patrimônio líquido	<u>30.406</u>	<u>28.203</u>
Total do ativo	<u><u>32.872</u></u>	<u><u>30.691</u></u>	Total do passivo e patrimônio líquido	<u><u>32.872</u></u>	<u><u>30.691</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fundação Grupo Boticário de Proteção à Natureza

Demonstrações de resultados

Exercícios findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	2017	2016
Receita (Nota 15)	<u>19.309</u>	<u>13.588</u>
Despesas vinculadas aos programas e administração (Nota 16)		
Desenvolvimento institucional	(2.921)	(2.134)
Ciência e Informação	(5.644)	(5.610)
Áreas protegidas	(5.208)	(4.264)
Estratégias de conservação	(2.585)	(2.299)
Gestão da Estratégia	(486)	(245)
Projetos estratégicos de conservação	<u>(3.111)</u>	<u>(2.209)</u>
	<u>(19.955)</u>	<u>(16.761)</u>
Outras receitas operacionais (Nota 17)		
Outras receitas operacionais	<u>988</u>	<u>898</u>
Superávit (déficit) antes do resultado financeiro	<u>342</u>	<u>(2.275)</u>
Resultado financeiro (Nota 19)		
Despesas financeiras	(108)	(131)
Despesas financeiras - fundo patrimonial	(313)	(482)
Receitas financeiras	285	335
Receitas financeiras - fundo patrimonial	<u>1.997</u>	<u>2.467</u>
	<u>1.861</u>	<u>2.189</u>
Superávit (déficit) do exercício	<u><u>2.203</u></u>	<u><u>(86)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fundação Grupo Boticário de Proteção à Natureza

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Patrimônio social	Fundo patrimonial	Superávit (déficit) acumulado	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	<u>10.366</u>	<u>17.628</u>	<u>295</u>	<u>28.289</u>
Transferência para patrimônio social (Nota 12(a))	295	-	(295)	-
Déficit do exercício (Nota 12(c))	-	-	(86)	(86)
Recursos de superávit com restrição (Nota 12(c))	<u>-</u>	<u>1.985</u>	<u>(1.985)</u>	<u>-</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2016	<u>10.661</u>	<u>19.613</u>	<u>(2.071)</u>	<u>28.203</u>
Transferência para patrimônio social (Nota 12(a))	(2.071)	-	2.071	-
Superávit do exercício (Nota 12(c))	-	-	2.203	2.203
Recursos de superávit com restrição (Nota 12(c))	<u>-</u>	<u>1.684</u>	<u>(1.684)</u>	<u>-</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2017	<u>8.590</u>	<u>21.297</u>	<u>519</u>	<u>30.406</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fundação Grupo Boticário de Proteção à Natureza

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	2017	2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Superávit (déficit) do exercício	<u>2.203</u>	<u>(86)</u>
Ajustes para conciliar o resultado ao valor de caixa e equivalentes de caixa		
Depreciação e amortização	921	974
Custo residual do ativo imobilizado baixado	20	-
Rendimento financeiro líquido - fundo patrimonial	(1.684)	(1.985)
Aumento nos ativos		
Depósitos Judiciais	(1)	
Outros créditos	<u>(99)</u>	<u>6</u>
Aumento (redução) nos passivos		
Fornecedores	(147)	29
Obrigações trabalhistas	115	162
Obrigações tributárias	5	-
Outras contas a pagar	7	-
Receita de exercícios futuros	<u>298</u>	<u>455</u>
Caixa líquido consumido/gerado pelas atividades operacionais	<u>1.638</u>	<u>(445)</u>
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	<u>(963)</u>	<u>(616)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	<u>(963)</u>	<u>(616)</u>
Redução de convênios restritos (Nota 9)	<u>(300)</u>	<u>(656)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	<u>(300)</u>	<u>(656)</u>
Aumento/redução no caixa e equivalentes de caixa	375	(1.717)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	<u>3.233</u>	<u>4.950</u>
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	<u><u>3.608</u></u>	<u><u>3.233</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto Operacional

A Fundação Grupo Boticário de Proteção à Natureza "Fundação" é uma entidade sem fins lucrativos, com sede na rua Gonçalves Dias, 225, Bairro Batel, em Curitiba, Estado do Paraná, com autonomia administrativa e financeira e com prazo de duração indeterminado.

Há mais de duas décadas a Fundação trabalha em todo o Brasil, sensibilizando a sociedade sobre os assuntos de cunho ambiental e promovendo ações pela conservação da natureza.

Os recursos financeiros para manter a estrutura da Fundação e as atividades de seus programas advêm de repasses periódicos recebidos das empresas do Grupo Boticário, doações de franquias do Grupo Boticário e de outras organizações que compartilham da sua missão.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis para as pequenas e médias empresas.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Fundação em 02 de março de 2018. Após a sua emissão, somente os Diretores têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Não há outros resultados abrangentes e, portanto, não está sendo apresentada a Demonstração do resultado abrangente.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Fundação e, também, a sua moeda de apresentação.

c. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas e julgamentos contábeis críticos por parte da Administração da Entidade. Essas estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada exercício. Alterações nos fatos e circunstâncias podem conduzir a revisão das estimativas. Resultados reais futuros poderão divergir dos estimados. Considerando a natureza e a complexidade das operações da Entidade, na opinião da Administração, as estimativas contábeis e julgamentos feitos no curso da preparação dessas demonstrações contábeis não são subjetivas ou complexas em grau que requeresse sua descrição como crítica.

d. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

3 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

a. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

A Fundação possui aplicações financeiras livres de restrição e com restrição de uso, estas quais estão devidamente descritas nas notas 4 e 5.

b. Imobilizado

O imobilizado está registrado pelo custo histórico de aquisição, doação, formação ou construção, subtraído o valor da depreciação acumulada e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração.

A Fundação inclui no valor contábil de um item do imobilizado o custo de reparos e manutenção que são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos, desde que atendam aos requisitos destacados no CPC 27 - Ativo Imobilizado. Os custos das principais renovações, que aumentem as vidas úteis econômicas dos bens, são incluídos no valor contábil do ativo e depreciados ao longo da vida útil restante do ativo relacionado.

Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil, e são incluídos no resultado.

Os terrenos não são depreciados e também não há intenção de alienação, pois tratam de reservas naturais de interesse público e caráter perpétuo, reconhecidas como Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs). A depreciação de outros ativos é calculada com base no método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada em anos.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

	2017	2016
Edificações	43	43
Veículos	09	09
Máquinas e equipamentos	16	16
Móveis e utensílios	13	13
Instalações	12	12
Instalações me imóveis de terceiros	09	09
Equipamentos de informática e outros	06	06

c. Intangível

Está representado por marcas registradas e licenças (incluindo licenças de *software*) adquiridas separadamente e que são demonstradas pelo custo histórico, subtraídas a amortização e perdas por *impairment* acumuladas.

As licenças de *software* adquiridas ou recebidas por doação, que são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir e preparar os *softwares* para sua utilização e os gastos com desenvolvimento ou expansão do desempenho dos *softwares* para além das especificações originais, são acrescentados ao custo original e são amortizados juntamente com os devidos custos durante a vida útil estimada de sete anos (Nota 7).

d. Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal das atividades, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal das operações, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

e. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Fundação tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação, considerando que uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

As provisões para ações judiciais são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e, quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Quando o risco de perda for possível haverá apenas a divulgação.

f. Benefícios a empregados

A Fundação oferece um Plano de Benefícios aos seus empregados, incluindo a coparticipação por adesão ao plano de previdência privada, assistência médica, seguro de vida entre outros, atendendo ao artigo 10 do estatuto social da organização. As despesas relativas aos benefícios oferecidos, incluindo o plano de previdência privada, são reconhecidas no resultado quando devidas.

g. Patrimônio social

Constituído pela dotação inicial de seus instituidores e por repasses/doações recebidas de terceiros acrescido ou diminuído do superávit ou déficit apurado em cada exercício.

h. Reconhecimento da receita

As receitas com repasses e doações diversas são reconhecidas quando do seu efetivo recebimento. As receitas de convênios restritos, recebidas com destinação específica, vinculadas à realização de atividades acordadas entre as partes (convênios restritos), são registradas no passivo, na conta "Adiantamentos de convênios restritos", sendo a receita de repasse e doação reconhecida no resultado, na medida da efetiva realização e reconhecimento das despesas dos referidos programas. As receitas financeiras decorrentes das aplicações financeiras dos recursos desses convênios são apropriadas às respectivas contas dos passivos (Adiantamentos de convênios restritos), bem como as receitas financeiras referentes ao Fundo Patrimonial, as quais são devidamente apropriadas às respectivas contas do patrimônio líquido.

i. Isenções tributárias

A Fundação, por ser constituída e desenvolver suas atividades como organização sem fins lucrativos, para cumprimento das finalidades para as quais foi instituída conforme seu Estatuto Social, possui isenção do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e do recolhimento da Contribuição Social Sobre o Lucro conforme artigo nº 174 do Decreto nº 3000/99 e artigo nº 15 da Lei nº 9.532/97.

j. Trabalhos Voluntários e Gratuidades

As receitas com trabalhos voluntários e gratuidades, quando existentes, são mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Fundação haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar, conforme estabelecido na ITG2002 (R1) - Entidades sem Finalidade de Lucro.

A receita de trabalho voluntário recebido é reconhecida pelo valor justo da prestação do serviço, na conta de outras receitas operacionais, como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro. A contrapartida é lançada em conta de despesas vinculadas aos programas e despesas administrativas, relacionada à natureza ou projeto do trabalho voluntário.

As receitas com gratuidade são mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Fundação haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. As receitas com gratuidade são reconhecidas no resultado do exercício em contrapartida a outras despesas também no resultado do exercício.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	2017	2016
Dinheiro em banco e caixa	18	16
Depósitos bancários de curto prazo - sem restrição	3.141	2.471
Depósitos bancários de curto prazo - com restrição	449	746
	3.608	3.233

5 Aplicações Financeiras

	2017	2016
Depósitos bancários de curto prazo - com restrição (i)	21.296	19.611
	21.296	19.611

- (i) O saldo refere-se ao fundo patrimonial. Montante constituído por aportes e seus respectivos rendimentos financeiros líquidos. A utilização do saldo está vinculada a situações extraordinárias, as quais deverão ser aprovadas por no mínimo dois terços do total de integrantes do conselho curador, conforme mencionado na nota 12.

As aplicações financeiras da Fundação são representadas principalmente por aplicações em fundos de renda fixa, remuneradas numa média de 97% a 103% (2016 99% a 102%) da variação do CDI - taxa de juros Certificado de Depósito Interbancário, com resgates conforme demanda do fluxo de caixa, buscando sempre resgatar depois de decorridos, ao menos, 30 dias.

6 Imobilizado

a. Composição do saldo

	2017		2016	
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos	2.338	-	2.338	2.338
Edificações	3.747	(993)	2.754	2.132
Veículos	827	(545)	282	416
Instalações	2.894	(2.011)	883	1.182
Máquinas e equipamentos	1.313	(622)	691	631
Móveis e utensílios	535	(325)	210	201
Equipamentos de informática	512	(359)	153	150
Semoventes	7	(5)	2	2
Imobilizado em andamento	314	-	314	466
	<u>12.487</u>	<u>(4.860)</u>	<u>7.627</u>	<u>7.518</u>

b. Movimentação do custo

	2016		2017		
	Custo	Adições	Baixas	Transferências	Custo
Terrenos	2.338	-	-	-	2.338
Edificações	2.973	-	-	774	3.747
Veículos	827	-	-	-	827
Instalações	2.846	24	-	24	2.894
Máquinas e equipamentos	1.144	150	-	19	1.313
Móveis e utensílios	509	13	(20)	33	535
Equipamentos de Informática	575	47	(120)	10	512
Semoventes	7	-	-	-	7
Imobilizado em andamento	465	729	(20)	(860)	314
	<u>11.684</u>	<u>963</u>	<u>(160)</u>	<u>-</u>	<u>12.487</u>

c. Movimentação da depreciação

	2016		2017	
	Depreciação	Adições	Baixas	Depreciação
Edificações	841	152	-	993
Veículos	411	134	-	545
Instalações	1.664	347	-	2.011
Máquinas e equipamentos	513	109	-	622
Móveis e utensílios	308	37	(20)	325
Equipamentos de Informática	425	54	(120)	359
Semoventes	5	-	-	5
	<u>4.167</u>	<u>833</u>	<u>(140)</u>	<u>4.860</u>

Teste ao valor recuperável dos ativos imobilizados

O ativo imobilizado tem o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor é constituído o *impairment*. Para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, a Administração avaliou e não identificou indicadores de *impairment*, não havendo, portando, a necessidade de constituição de provisão.

7 Intangível

a. Composição do saldo

	2017		2016	
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Marcas e patentes	557	(428)	129	217
Softwares e Sistemas	14	(11)	3	3
	<u>571</u>	<u>(439)</u>	<u>132</u>	<u>220</u>

b. Movimentação do custo

	2016		2017	
	Custo	Adições	Baixas	Custo
Marcas e patentes	557	-	-	557
Softwares e Sistemas	14	-	-	14
	<u>571</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>571</u>

c. Movimentação da amortização

	2016		2017	
	Amortização	Adições	Baixas	Amortização
Marcas e patentes	340	88	-	428
Softwares e Sistemas	11	-	-	11
	<u>351</u>	<u>88</u>	<u>-</u>	<u>439</u>

8 Obrigações trabalhistas

	2017	2016
FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço	42	40
INSS - Instituto Nacional de Serviço Social	119	114
IRRF - Imposto de Renda Retido na Fonte	111	93
Provisão para férias e encargos	<u>687</u>	<u>597</u>
	<u>959</u>	<u>844</u>

9 Adiantamentos de convênios restritos

Referem-se a valores recebidos com base em convênios de parceria, com destinações específicas, vinculadas à realização de atividades acordadas com a Fundação e consentâneas ao seu objeto social, assim como os rendimentos e as despesas de aplicações financeiras decorrentes da aplicação destes recursos. Os referidos valores foram reconhecidos como adiantamentos no passivo circulante, por estarem sujeitos à devolução até que o objeto do convênio seja efetivamente cumprido.

Os adiantamentos de convênios recebidos tiveram as seguintes movimentações no exercício:

Descrição	2016	Receitas financeiras	Despesas financeiras	Gastos nos projetos	2017
Auditório - RNSM (i)	154	3	(1)	(156)	-
Oásis Brumadinho (ii)	593	56	(12)	(191)	447
	<u>747</u>	<u>59</u>	<u>(12)</u>	<u>(347)</u>	<u>447</u>

Os saldos dos convênios restritos são realizados conforme cronograma estabelecido em seus convênios de parceria.

- (i) Em 2015 foi aprovada a construção de um auditório na Reserva Natural Salto Morato em substituição ao Centro de Capacitação - RNST. A licença ambiental para construção do auditório foi emitida pelo ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, autarquia em regime especial vinculado ao Ministério do Meio Ambiente, em 12/11/2015, sendo que a inauguração ocorreu no primeiro semestre de 2017. O mesmo possui 271,83 m2 de área construída com a capacidade de acolhimento de 40 pessoas e finalidade para capacitações, palestras expositivas, treinamentos e recepção de universidades e pesquisadores.

O valor constava como convenio restrito até a construção do auditório e foi alocado como receita diferida na sequência, tendo o reconhecido como receita (resultado) ao longo do período e confrontado com as despesas que pretende compensar, em base sistemática.

- (ii) Oásis é uma iniciativa de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) lançada em 2006 pela Fundação Grupo Boticário. A partir do estabelecimento de um termo de cooperação técnica com o Ministério Público de Minas Gerais e Associação Mineira de Defesa do Ambiente (Amda), implantamos o Oásis Serra da Moeda - Brumadinho em Minas Gerais, em 2012. A iniciativa, que surgiu a partir da necessidade de estabelecer mecanismos de conservação da biodiversidade na região da Serra da Moeda, tem como foco a conservação de áreas naturais e seus consequentes benefícios à disponibilidade e à qualidade de água na região.

10 Receitas diferidas

Refere-se à doação para construção do Auditório na RNSM, a qual foi efetivada no decorrer do ano de 2017. Este valor consta como Receita Diferida e será reconhecido como receita ao longo do período (bens a apropriar) e confrontada com a depreciação, em base sistemática, R\$ 603 em 2017 (R\$ 455 em 2016).

Adicionalmente há também recebimento ocorrido em 2017 para evento CBUC, a ser realizado em 2018, no valor de R\$ 150.

11 Provisão para contingências

A Fundação tem ações de natureza tributária no montante de R\$ 575 (R\$ 575 em 2016) envolvendo riscos de perda classificados por nossos consultores jurídicos como possíveis e, portanto, não provisionadas contabilmente, sendo uma delas objeto de um depósito judicial no valor de R\$ 37 (R\$ 37 em 2016).

12 Patrimônio líquido

a. Patrimônio social

O Patrimônio social é constituído por valores e ativos próprios relativos aos repasses e doações / dotações especiais necessárias à constituição da Fundação, em conformidade com a Resolução do CFC nº 877/00 que aprovou a NBC T 10.19, revogada após a emissão da resolução 1.409/12 que aprova a ITG 2002 e suas alterações.

Através da deliberação de aprovação das Contas da Fundação em Reunião do Conselho Curador realizada em 2017, foi efetivada a transferência do déficit acumulado em 31 de dezembro de 2016, de R\$ 2.071 (R\$ 295 em 2016) para a conta de patrimônio social.

b. Fundo patrimonial

Foi constituído em 2007 e se destina a assegurar a autossuficiência financeira da Fundação para a perpétua realização da sua finalidade. Seu uso somente será permitido com autorização de pelo menos dois terços do total de integrantes do Conselho Curador, para enfrentar situações que sejam consideradas extraordinárias.

O saldo do fundo patrimonial em 31 de dezembro de 2017 totaliza R\$ 21.296 (R\$ 19.613 em 2016), montante formado por aportes e seus respectivos rendimentos financeiros líquidos.

c. Superávit (déficit) acumulado

O superávit é integralmente destinado ao cumprimento dos objetivos estatutários da Fundação. O superávit ou déficit são absorvidos pelo patrimônio social, após destinação.

Conforme previsto no parágrafo 15 da ITG 2002(R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros, os rendimentos financeiros do fundo patrimonial apurados no exercício de 2017, no montante de R\$ 1.683 (R\$ 1.985 em 2016) e que compõe o superávit do exercício, foram destinados para a rubrica "Fundo Patrimonial", dado que estes recursos têm aplicação específica prevista no Estatuto Social e Regulamento do Fundo Patrimonial.

13 Compromissos - investimentos em projetos

Os valores a seguir referem-se aos saldos compromissados para apoio a projetos de Ciência e Informação, aprovados em Reunião do Conselho Curador da Fundação. Semestralmente é aprovada uma relação de projetos com seus respectivos valores que são contabilizados em contas de ativo e passivo compensados e, de acordo com a liberação das parcelas, estes são baixados apropriando as despesas às respectivas contas de projetos.

Os saldos dos compromissos em aberto estão demonstrados:

Projetos	Valores dos compromissos assumidos	Valores pagos acumulados até		Saldos em	
		2017	2016	2017	2016
Projetos 2013	1.086	(1.086)	(1.084)	-	2
Projetos 2014	1.641	(1.627)	(1.521)	14	120
Projetos 2015	1.806	(1.712)	(1.333)	94	473
Projetos 2016	2.376	(1.749)	(540)	627	1.836
Projetos 2017	2.619	(455)	-	2.164	-
	<u>9.528</u>	<u>(6.629)</u>	<u>(4.478)</u>	<u>2.899</u>	<u>2.431</u>

14 Repasses e remuneração

Os principais repasses recebidos pela Fundação provêm das empresas do Grupo Boticário.

a. Repasses

As receitas de repasses de empresas do Grupo Boticário em 2017 totalizaram R\$ 17.096 (R\$ 11.129 em 2016).

b. Remuneração do pessoal-chave da administração

Não há remuneração para os cargos eletivos da Fundação. Os Conselheiros que prestam serviços à Fundação não recebem remuneração pela função que exercem, haja vista que atuam como voluntários, conforme mencionado na nota 18.

15 Receita

	2017	2016
Receita operacional bruta	19.310	13.589
Doações diversas - (nota 14(a))	17.096	11.129
Doações da rede de franqueados do Grupo Boticário	1.988	2.089
Doações de convênios restritos (nota 9)	190	344
Receita de ingressos e serviços	28	27
Doações diversas - terceiros	8	-
(-) Impostos	(1)	(1)
	<u>19.309</u>	<u>13.588</u>

16 Despesas vinculadas aos programas e administração

As despesas operacionais compreendem as despesas com manutenção, pessoal, serviços de terceiros conforme quadro abaixo:

	2017	2016
Pessoal (obrigações trabalhistas)	7.780	6.499
Projetos (i)	5.506	5.021
Serviços de terceiros (ii)	1.931	972
Outras	2.757	2.192
Depreciação, amortização e gastos gerais	1.981	2.077
	<u>19.955</u>	<u>16.761</u>

As despesas referentes a trabalhos voluntários estão abertas por tipo de atividade na Nota 18.

- (i) Refere-se aos repasses financeiros feitos pela Fundação para projetos relacionados à conservação da natureza analisados e aprovados em Reuniões do Conselho Curador.
- (ii) Refere-se às despesas inerentes à contratação de serviços de terceiros, vinculados à manutenção de bens móveis e imóveis, bem como consultorias especializadas em projetos de conservação da natureza.

17 Outras receitas operacionais, líquidas

Compreendem as receitas de gratuidades que foram originadas pelos recursos recebidos na forma de prestação de serviços e repasses para custeio e recuperação de despesas com projetos.

A contrapartida de tais receitas foi reconhecida na rubrica de despesas vinculadas a programas e administração:

	2017	2016
Receita de gratuidades (i)	766	787
Recuperação despesas	221	93
Outras receitas e despesas (líquidas)	<u>1</u>	<u>18</u>
	<u>988</u>	<u>898</u>

- (i) Refere-se à gratuidade de serviços recebidos de terceiros, bem como ao serviço voluntário prestado nas reservas e pelos Conselhos Fiscal e Curador, demonstrado na nota 18.

18 Trabalho voluntário

A Fundação mensurou e reconheceu, pelo valor justo, o trabalho voluntário obtido por seus conselheiros, consultores técnicos e voluntários em suas reservas e estação natureza, como estabelece a Resolução CFC 1409/2012 que aprovou a Interpretação ITG 2002 (R1) -Entidade sem Finalidade de Lucro, e suas alterações, conforme abaixo:

	2017	2016
Consultores técnicos	100	119
Conselho Curador (i)	200	200
Voluntários em unidades à distância	23	17
Conselho Fiscal (i)	<u>11</u>	<u>11</u>
	<u>334</u>	<u>347</u>

- (i) Todo o trabalho voluntário é submetido às formalidades legais e não há, em nenhuma forma, quaisquer tipos de remuneração. As despesas com trabalho voluntário foram mensuradas e reconhecidas de acordo com sua natureza, como se devidas fossem.

19 Resultado financeiro

	2017	2016
Sem restrições		
Receitas financeiras		
Rendimento sobre aplicações	285	335
Despesas financeiras		
IRRF sobre aplicações	(64)	(73)
Despesas bancárias	(44)	(58)
	(108)	(131)
Resultado líquido sem restrições	177	204
Fundo patrimonial (com restrições)		
Receitas financeiras		
Rendimento sobre aplicações do fundo patrimonial	1.997	2.467
Despesas financeiras		
Despesas bancárias e outros	(313)	(482)
Resultado líquido com restrições	1.684	1.985
Resultado financeiro líquido	1.861	2.189

20 Plano de previdência privada

A Fundação é coo patrocinadora do Boticário Prev-Sociedade de Previdência Privada, sociedade civil, sem fins lucrativos, constituída em 12 de janeiro de 1996, cujo principal objetivo é conceder benefícios complementares aos da Previdência Social a todos os colaboradores das patrocinadoras, na modalidade de contribuição definida. No exercício foi despendido em contribuições o montante de R\$ 82 (R\$ 62 em 2016). As contribuições do patrocinador e do participante são opcionais.

21 Renúncia fiscal

Em atendimento ao item 27, letra “c” da ITG 2002 (R1) - entidade sem finalidade de lucros, a Entidade apresenta a seguir a renúncia fiscal apurada no exercício de 2017 e 2016.

Para isso, em nosso julgamento, consideramos os seguintes impostos e contribuições e respectivas alíquotas, incidentes sobre a receita (PIS/COFINS 3,65% - regime cumulativo deduzido do PIS folha de pagamento recolhido no exercício); e incidentes sobre o superávit do exercício (IRPJ e CSLL 34%).

22 Instrumentos financeiros

A Fundação mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando a assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

Todas as operações com instrumentos financeiros não derivativos estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Fundação, conforme o quadro abaixo:

	2017			2016	
	Nota	Empréstimos e recebíveis	Outros passivos financeiros ao custo amortizado	Saldo contábil	Saldo Contábil
Ativos					
Bancos e caixa	4	18	-	18	16
Depósitos bancários	4	3.590	-	3.590	3.217
Outras contas a receber		172	-	172	73
Passivos					
Fornecedores		-	275	275	422
Outras contas a pagar		-	8	8	1

Caixa e equivalentes de caixa

A Fundação detinha caixa e equivalentes de caixa de R\$ 3.608 (R\$ 3.233 em 2016), os quais representam sua máxima exposição de crédito sobre aqueles ativos. Caixa e equivalentes de caixa são mantidos com bancos e instituições financeiras de primeira linha.

Fornecedores

Decorrem diretamente das operações da Fundação, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original e ajuste a valor presente, quando aplicáveis. O valor contábil se equivale, substancialmente, ao valor justo tendo em vista o curtíssimo prazo de liquidação dessas operações.

Gerenciamento de risco financeiro

Visão geral

A Empresa apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de liquidez

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Fundação possa eventualmente encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros, que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Empresa na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Fundação.

23 Cobertura de seguros

A Fundação possui apólices de seguro contratado junto às principais seguradoras do País, com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade e os riscos envolvidos em suas operações, e a orientação de seus consultores de seguro.

Risco coberto	2017	2016
Prédios e conteúdos	10.067	10.945
Veículos	90% FIPE	90% FIPE
Responsabilidade civil	6.000	5.000

A vigência das apólices é de Junho de 2017 a Junho de 2018